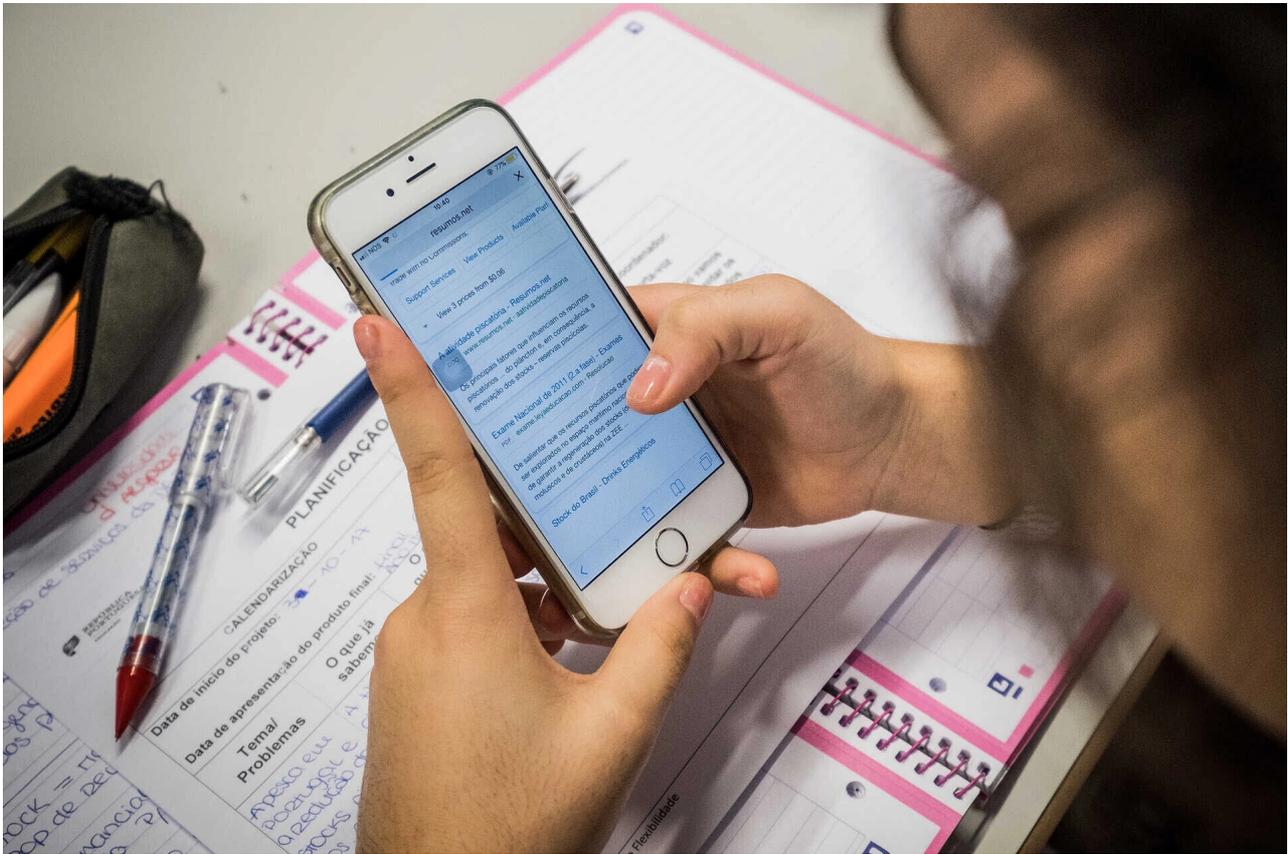


Maioria dos professores contra telemóveis no recreio até ao 12.º ano

www.jn.pt/nacional/artigo/maioria-dos-professores-contra-telemoveis-no-recreio-ate-ao-12-ano/17855913



 [Imagem do autor JN/Agências](#)

JN/Agências

A maioria dos professores é contra a utilização de smartphones no recreio em todos os ciclos de ensino e, no caso do básico, mais de metade discorda que entrem nas salas de aula mesmo que para fins pedagógicos.

Corpo do artigo

As conclusões, divulgadas hoje, resultam de uma consulta nacional promovida pela Federação Nacional da Educação (FNE) e pela Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET).

Entre os 4.638 docentes auscultados, a esmagadora maioria discorda que os alunos até ao 9.º ano possam utilizar telemóveis nos espaços escolares, mas muitos vão mais longe.

Perto de sete em cada 10 professores consideram que nem os mais velhos deveriam poder usar 'smartphone' no recreio, uma restrição que nunca chegou sequer a ser recomendada pelo Governo.

No ano passado, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) recomendou a proibição de 'smartphones' do 1.º ao 6.º ano de escolaridade, ou seja, até aos 12 anos, mas a partir de setembro a recomendação vai passar a regra.

Para o 3.º ciclo, a ideia do Governo é promover o uso limitado, responsável e adaptado, mas a partir do 10.º desaparecem as limitações, estando apenas previsto o "uso responsável e adaptado".

Por outro lado, a FNE procurou também saber o que os professores pensam sobre o recurso aos telemóveis como ferramentas de trabalho e, apesar de haver uma maior aceitação dos equipamentos para esse fim, mais de metade (52,8%) discorda da utilização pedagógica no ensino básico.

Nesse âmbito, a posição dos docentes é diferente quando estão em causa os alunos mais velhos e 63,3% concordam que os 'smartphones' possam ser usados no âmbito das aulas.

Quanto aos manuais escolares digitais, regista-se uma minoria favorável, sendo que 65,8% preferem o papel.

No próximo ano letivo, as escolas a partir do 2.º ciclo vão poder optar pelos dois formatos, mas terão de justificar a decisão se escolherem o formato digital.

A decisão do MECI baseou-se nas conclusões de um estudo da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), que concluiu que não existem efeitos significativos nos resultados dos alunos.

Relativamente à digitalização, a esmagadora maioria dos professores procura acompanhar as transformações e aplicá-las na sala de aula e sete em cada 10 considera até que poderão alterar positivamente as condições de aprendizagem.

Ainda assim, cerca de metade acha que também vão dificultar o trabalho em sala de aula e, no que diz respeito à inteligência artificial, por exemplo, 64,7% afirma que não tem conhecimentos suficientes que permitam avaliar se os trabalhos dos alunos são realizados com recurso a inteligência artificial (IA) generativa.

Alguns professores já recorrem a ferramentas de IA na preparação das aulas ou em atividades desenvolvidas nas aulas, mas são uma minoria e, sobretudo, os mais jovens.

Apesar da crescente digitalização do ensino, os resultados revelam que 34,2% não frequentaram nenhuma ação de formação de capacitação digital, percentagem que a FNE considera ainda elevada.